



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196242-1 – JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE**

**AGRAVANTE: CAIXA SEGURADORA S/A**

**Advogado: Carlos Antônio Harten Filho PE 19357**

**AGRAVADO: COSMO BARROS DO NASCIMENTO E OUTRO**

**Advogado: Francisco Adriano Bezerra de Menezes PE 008237**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**DATA DO JULGAMENTO: 04 DE SETEMBRO DE 2013**

EMENTA – SEGURO HABITACIONAL.  
PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA  
JUSTIÇA ESTADUAL. REJEITADA.  
HONORÁRIOS PERICIAIS EXCESSIVOS.  
REDUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE  
PROVIDO.

Sabidamente, a Justiça Estadual detém competência para julgar casos dessa natureza, o que já foi reconhecido e sumulado por este Egrégio Tribunal, sendo certo que a remessa dos autos à Justiça Federal somente se justificaria mediante comprovação de insuficiência e comprometimento dos recursos do FCVS, o que não ocorreu.


No tocante aos honorários periciais, observa-se que as circunstâncias do caso demonstram ser excessivo o valor de seis mil reais, haja vista que o trabalho exigido do profissional direciona-se, *a priori*, a um único imóvel, o qual, inclusive, apresenta área modesta, cabendo a redução dos honorários para dois mil reais, importância mais razoável e adequada.

Diante de tais considerações, de se dar provimento parcial ao presente agravo de instrumento, reformando-se a decisão agravada unicamente para minorar os honorários periciais para dois mil reais.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo de Instrumento nº 0196242-1, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em dar provimento parcial ao recurso, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator



173

**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196242-1- JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**AGRAVANTE: CAIXA SEGURADORA S/A**

**Advogado: Carlos Antônio Harten Filho PE19.357**

**AGRAVADOS: COSMO BARROS DO NASCIMENTO E OUTRO**

**Advogado: Francisco Adriano Bezerra de Menezes PE008237**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão interlocutória de fls. 60/61, nos autos de ação indenizatória distribuída sob o nº 222.2006.000151-6, em que a magistrada *a quo*, após afastar as preliminares de incompetência da Justiça Estadual e de falta de interesse de agir, deferiu a produção de prova pericial, nomeando o perito responsável e fixando seus honorários em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos termos ali apontados.

Defendeu a recorrente a competência da Justiça Federal para julgar o feito, ante o interesse da União e da Caixa Econômica Federal, e a necessidade de redução dos honorários periciais para dois mil reais, pugnando, por fim, pelo provimento do recurso.

Através da decisão interlocutória de fl. 162, deferi parcialmente a antecipação da tutela recursal, tão somente para reduzir os honorários periciais para o valor de dois mil reais, por entender ser esta quantia mais condizente com as circunstâncias do caso.

Certidão à fl. 170, dando conta de que decorreu o prazo legal sem a apresentação de contrarrazões.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 14 de agosto de 2013.

  
**Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator**



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0196242-1- JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**AGRAVANTE: CAIXA SEGURADORA S/A**

**Advogado: Carlos Antônio Harten Filho PE19.357**

**AGRAVADOS: COSMO BARROS DO NASCIMENTO E OUTRO**

**Advogado: Francisco Adriano Bezerra de Menezes PE008237**

**RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO**

**VOTO DO DES. RELATOR**

Trata-se de caso referente a sistema financeiro habitacional, em que, mais uma vez, a Caixa Seguradora S/A defende a competência da Justiça Federal para julgamento, ante o alegado interesse da União e da Caixa Econômica Federal.

Como de sabença, a Caixa Econômica Federal é mera administradora dos recursos do FCVS, sendo responsável, nos moldes da Portaria nº 243 do Ministério da Fazenda, pelo controle das movimentações financeiras atinentes àquela espécie de seguro, o que não implica dizer que a decisão final da lide venha obrigatoriamente a atingir, de forma direta, sua esfera jurídica.

Com efeito, o seguro em apreço foi realizado entre os mutuários e a Caixa Seguradora, cabendo à Caixa Econômica Federal tão somente arrecadar os prêmios pagos pelos mutuários e repassá-los às sociedades seguradoras, a quem compete, com o produto desses repasses, efetuar o pagamento das indenizações derivadas da ocorrência de sinistro previsto na apólice.

Caso o volume de prêmios seja insuficiente para o pagamento das indenizações e das despesas com sinistro, cada sociedade seguradora poderá limitar tal pagamento ao volume de prêmios arrecadados pelo agente financiador do imóvel sinistrado e, ainda, se necessário, utilizar-se dos superávits dos prêmios arrecadados por outras seguradoras, também autorizadas a funcionar no Seguro Habitacional.

Como se vê, a movimentação financeira é feita pela Caixa Econômica Federal, mas os prêmios são pagos pelos mutuários, o que significa, repita-se, que a relação jurídica em apreço é entre os segurados e a Sul América, cabendo à Caixa Econômica Federal a mera administração dos recursos.

Acrescente-se também que, esgotados os recursos já citados para pagamento dos sinistros, mas ainda remanescentes dívidas com indenizações, só então, o FCVS, por intermédio da Caixa Econômica poderá transferir à sociedade seguradora o montante necessário à quitação das indenizações devidas e ainda não pagas.

Contudo, não se vê nos autos a ocorrência da situação acima descrita que justificasse a utilização de recursos do FCVS/FESA e, mesmo que houvesse, a relação do fundo com a seguradora revela-se estranha ao mutuário/segurado, restando afastado o alegado interesse da Caixa Econômica Federal – e, por conseguinte, o da União – para intervir no feito.



**Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

**Tal entendimento encontra-se sabidamente consolidado no âmbito deste Tribunal, contando, inclusive com Súmula (nº 94), segundo a qual “A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional”.**

Por fim, no tocante aos honorários periciais, deve-se considerar que a estipulação desse valor é ato discricionário do magistrado, que deve agir com razoabilidade e em consonância com as regras aplicáveis, tomando em conta não só as particularidades do caso, mas também todas as atividades necessárias em cada avaliação, a complexidade do trabalho a ser desenvolvido, o tempo e o deslocamento necessários, e outros elementos que possam influenciar na realização da prova.

Na hipótese dos autos, trata-se de um único imóvel sinistrado, com área total de 79,61m<sup>2</sup>, consoante apontado na exordial (fls. 60/103) que, em vista dos defeitos apresentados, reclama a devida análise pericial, cabendo ao profissional responsável averiguar a necessidade de estender a vistoria às demais unidades do prédio.

**No meu entender, as circunstâncias do caso demonstram ser excessivo o valor de seis mil reais a título de honorários periciais, haja vista a quantidade e a complexidade do trabalho exigido, que, como visto, direciona-se, *a priori*, a um único imóvel, o qual, inclusive, apresenta área modesta, motivo por que tenho por reduzir para dois mil reais os referidos honorários, quantia que entendo mais razoável e adequada à situação *sub judice*.**

Feitas essas considerações, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao agravo de instrumento, pelo que mantenho a decisão interlocutória exarada às fls. 60/61, retificando o entendimento esposado no *decisum* agravado unicamente para reduzir os honorários periciais para R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

É como voto.

Recife, 24 de

09

de 2012.

  
Alberto Nogueira Virgínio  
Desembargador Relator